

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

IVAN TRIZI AMORIM

**PLATAFORMAS DIGITAIS INDEPENDENTES NA PROMOÇÃO DA  
*ACCOUNTABILITY*:**

“Cuidando do Meu Bairro” (CMB)

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2018

IVAN TRIZI AMORIM

**PLATAFORMAS INDEPENDENTES NA PROMOÇÃO DA  
*ACCOUNTABILITY*:**

“CUIDANDO DO MEU BAIRRO” (CMB)

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal  
Orientadora: Profa. Dra. Giovanna Pezarico

CURITIBA - PR

2018



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Especialização em Gestão Pública Municipal



### **TERMO DE APROVAÇÃO**

Plataformas Digitais Independentes na Promoção da Accountability : "Cuidando do Meu Bairro"  
(CMB)

Por

**IVAN TRIZI AMORIM**

Monografia apresentada às 13:00, do dia 31 de julho de 2018, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Turma , ofertado na modalidade de Ensino a Distância, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

---

Giovanna Pezarico  
UTFPR - Curitiba  
(orientador)

---

Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza  
UTFPR - Curitiba

---

leonardo tonon  
UTFPR - Curitiba

À minha mãe, ao meu pai e à minha irmã,  
sempre presentes.

## RESUMO

O presente trabalho busca verificar de que forma plataformas independentes podem influenciar a *accountability* governamental. Para isso, discute-se o conceito e a aplicação da *accountability* no estudo da plataforma “Cuidando do Meu Bairro” (CMB), ferramenta social de monitoramento e controle dos gastos públicos municipais. Foram realizados estudos bibliométricos, revisão de literatura e entrevista semiestruturada com a idealizadora da plataforma. Verifica-se que a plataforma independente, apesar dos passos iniciais e das grandes dificuldades ainda existentes, vem contribuindo na promoção da *accountability* governamental, sendo necessária formação e consolidação de comunidades de desenvolvedores e usuários para tal.

**Palavras-chave:** *Accountability*; Cuidando do Meu Bairro – CMB; Plataforma; Orçamento Público; Gestão Pública

## **ABSTRACT**

The current essay aims to verify the influence of independent platforms on the Government Accountability. With this purpose, we discuss the concept and application of accountability to analyse the tool named "Caring for My Neighborhood" (CMB), which is a social platform for monitoring and controlling town's public spending. Bibliometric research, literature review and semistructured interviews with the idealizer of the platform were carried out. It was verified that, despite the initial steps and the great difficulties that still remain, the platform has been contributing to the promotion of governmental accountability, being necessary to train and consolidate communities of developers and users for such purpose.

**Keywords:** Accountability; Caring for My Neighborhood; Platform; Public Budget; Public Management

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Exemplo de monitoramento de uma despesa .....	30
FIGURA 2 - Porcentagem de recursos mapeados x recursos não mapeados .....	36
FIGURA 3 - Exemplo de despesa genérica .....	37

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Levantamento de artigos na base de dados Spell .....	22
TABELA 2 - Levantamento de artigos na base de dados Scielo .....	24
TABELA 3 – Indicadores de interação e acesso ao CMB.....	34
TABELA 4 – Indicadores de Repercussão do CMB.....	38



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Colaboratório de Desenvolvimento e Participação (Co:lab-USP)

Controladoria Geral do Município de São Paulo (CGM-SP)

Cuidando do Meu Bairro (CMB)

Escola de Artes, Ciências e Humanidades (Each-USP)

Governo Eletrônico (e-gov)

Iniciativa Latinoamericana por los Datos Abiertos (ILDA)

Lei de Acesso à Informação (LAI)

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

Lei Orçamentária Anual (LOA)

Ministério Público Federal (MPF)

Observatório Social do Brasil São Paulo (OSB-SP)

Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC)

Sistema Único de Saúde (SUS)

Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)

Unidades Básicas de Saúde (UBSs)

Uniform Resource Locator (URL)

Universidade de São Paulo (USP)

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	14
2.1 <i>Accountability</i> .....	14
2.2 Plataformas Digitais Independentes no contexto da Gestão Pública.....	19
3. METODOLOGIA.....	21
4. PLATAFORMA “CUIDANDO DO MEU BAIRRO” (CMB).....	27
5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	32
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	41
7. REFERÊNCIAS .....	43
APÊNDICE .....	47

## 1. INTRODUÇÃO

“Se os homens fossem anjos, não seria necessário haver governos. Se os homens fossem governados por anjos, dispensar-se-iam os controles internos e externos” (MADISON, 1982 [1788], p. 337 apud MELO, 2007, p. 12).

“Se o exercício do poder fosse transparente, não seria preciso que alguém fosse *accountable*. A demanda por *accountability* origina-se da opacidade do poder.” (SCHEDLER, 1999, p. 25 apud ROCHA, 2011).

Ao longo dos anos 2000, a legislação brasileira vem avançando com relação à publicidade e transparência com a obrigatoriedade de disponibilização de dados orçamentários à população.

Além do princípio da publicidade já consagrado na Constituição Federal de 1988, a Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, popularmente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), determina, em seu artigo 48, que os instrumentos de transparência da gestão fiscal – os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos - terão ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Ainda, no inciso II do § 1º do mesmo artigo 48, a LRF estabelece que a transparência seja assegurada também mediante liberação, ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira.

Já a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, conhecida como Lei da Transparência, estabeleceu o prazo de 1 (um) ano para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes cumprissem as determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A da LRF. Desde então, o município de São Paulo é legalmente obrigado a oferecer informações sobre o orçamento público em meio virtual e em tempo real.

Posteriormente, a Lei Complementar nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), veio para garantir o acesso a informações, de acordo com o previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988.

No entanto, persiste o conflito de agência, ou seja, um conflito entre o principal – o povo, que delega responsabilidades aos representantes - e o agente – o governo, que assume e executa responsabilidades. Nesse sentido, a *accountability* é um dos meios para reduzir essas assimetrias informacionais.

Ainda que *accountability* seja um termo sem tradução precisa para o português e fruto de discussões em torno de seu conceito na literatura nacional, utiliza-se, aqui, Pinho e Sacramento (2009, pp. 1349-1350) que resumem o significado do termo da seguinte forma: “A” delega responsabilidade para “B” -> “B”, ao assumir a responsabilidade, deve prestar contas de seus atos para “A” -> “A” analisa os atos de “B” -> feita tal análise, “A” premia ou castiga “B”.

Em que pese o necessário avanço da legislação, a publicidade e a transparência de tais informações ainda esbarram em limitações, configurando-se o fornecimento de dados incompletos e a linguagem técnica contábil e orçamentária – por meio da lei orçamentária anual (LOA) - dois dos principais obstáculos. A sociedade, que busca compreender como os recursos dos seus tributos estão sendo utilizados, encontra dificuldades e/ou impossibilidades dadas essas limitações.

Então, buscando aproximar o orçamento público do cotidiano dos cidadãos paulistanos, o Colaboratório de Desenvolvimento e Participação (Co:lab-USP) concebeu a plataforma “Cuidando do Meu Bairro” (CMB). Tal iniciativa vem para contribuir na “tradução” da linguagem técnica e hermética para uma linguagem mais passível de compreensão pelos cidadãos, facilitando o monitoramento e controle dos recursos públicos municipais. Assim, quanto maior o conhecimento e as possibilidades diversificadas e plurais de acompanhamento e controle da população sobre os recursos públicos, maiores as possibilidades de (correta, melhor, questionar a e atuar em prol da) alocação desses recursos.

A plataforma "Cuidando do Meu Bairro" tem como importância principal a simplificação da exposição dos documentos e da linguagem das leis orçamentárias, inclusive tornando-as mais visuais. Assim sendo, por meio de mapas, geolocalização e gráficos, quaisquer pessoas com acesso à internet conseguem acessar e monitorar, de forma mais simples, os gastos públicos do Município de São Paulo.

Frente a esse cenário, e considerando uma nova economia baseada em dados com a questão digital cada vez mais presente, justifica-se esse trabalho pela relevância e contribuição que o "Cuidando" traz à sociedade quanto à expansão da acessibilidade no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e, então, a

operacionalização das metas previstas no plano plurianual (PPA). Pode-se considerá-lo como um serviço de utilidade pública.

Nesse sentido, a partir análise da plataforma “Cuidando do Meu Bairro”, este trabalho guia-se pela seguinte pergunta de pesquisa: de que forma as plataformas digitais independentes podem contribuir com a promoção da *accountability*? Assim, objetiva-se verificar possibilidades e limites de influência das plataformas independentes na promoção da *accountability* governamental, ou seja, na transparência, responsividade e responsabilização dos governantes perante os cidadãos – nesse caso, no que diz respeito ao orçamento do município de São Paulo.

Para atingir o seu objetivo, este trabalho configura-se como uma pesquisa qualitativa, que faz uso da combinação de estudo bibliométrico, pesquisa bibliográfica - envolvendo os conceitos de *accountability* e plataforma digital independente -, apresentação e descrição da plataforma "Cuidando do Meu Bairro" e de entrevista semiestruturada com a idealizadora do CMB.

Além desta (1) Introdução, o presente trabalho compõem-se das seguintes seções: (2) Fundamentação Teórica; (3) Metodologia; (4) Plataforma “Cuidando do Meu Bairro” (CMB); (5) Apresentação e Discussão dos Resultados; (6) Conclusão; (7) Referências. Especificamente com relação à Fundamentação Teórica, ela é composta por: (2.1) revisão da literatura nacional acerca do termo *accountability*; e (2.2) apresentação do conceito de plataforma digital independente.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 *Accountability*

Na literatura nacional, o trabalho inaugural de Campos (1990), e que se tornou seminal, busca a compreensão do termo *accountability* no idioma português.

Assim, é um conceito abordado na literatura sem tradução precisa (CAMPOS, 1990); de forma abrangente e variada (ROCHA, 2011), o que tem dificultado seu entendimento e discussão no país (CENEVIVA, 2006); por haver múltiplas abordagens, por vezes, de conceituação equivocada, pois palavras com significados diferentes são consideradas sinônimas (MEDEIROS, CRANTSCHANINOV e SILVA, 2013); e, dada a complexidade, não há um termo único no português, sendo necessário trabalhar com uma forma composta (PINHO e SACRAMENTO, 2008).

Em clássica definição de O'Donnell (1998), na *accountability* vertical, indivíduos e/ou sociedade podem premiar (continuidade) ou punir (retirada) seus representantes políticos por meio do voto, principalmente – ou seja, é exercida pelos atores sociais frente aos atores estatais (social). Já a *accountability* horizontal diz respeito aos *checks and balances* existentes entre e dentro dos poderes, ou seja, no interior do próprio estado e entre os agentes e organizações públicas (institucional).

Lavalle e Vera (2011, p. 98) trazem algumas das expressões mais usuais de *accountabilities*: “horizontal, vertical, corporativa, inversa, retrospectiva, prospectiva, eleitoral, social e societal”.

Ademais, na literatura, há diversas perspectivas relacionadas à *accountability*: de controle e responsabilização, com possibilidade de graus diversos de premiações ou sanções (*enforcement*) dos agentes públicos (ABRUCIO e LOUREIRO, 2005; CENEVIVA e FARAH, 2012); de transparência e prestação de contas confiável (*answerability*); e de responsividade, ou seja, o alinhamento entre a decisão do representante e o interesse do representado (SACRAMENTO, 2005; MARIA, 2010).

Conforme abordagem trazida por Sacramento (2005, p. 22), *accountability* compreende a obrigação do agente público de sujeitar seus atos segundo os parâmetros da lei e a obrigação do agente público de prestar contas dos seus atos, com suficiente transparência, para que a cidadania possa avaliar sua gestão e, mediante procedimentos democráticos, ratificá-las ou rechaçá-la.

Nessa mesma linha, Maria (2010, p. 37) afirma que *accountability* é um dos mecanismos possíveis de redução do hiato entre representantes e representados, instrumentalizando o cidadão com o poder de reconhecimento ou sanção da representação política. Desse modo, a responsabilização do agente público (agente) por parte dos cidadãos (principal) ocorre principalmente por meio de um instrumento de premiação ou sanção retrospectivo (voto) para “incentivar” positivamente ou negativamente o representante a não se desviar ou distanciar dos interesses dos representados.

Em um esquema simples, Pinho e Sacramento (2009, pp. 1349-1350) resumem: “A” delega responsabilidade para “B” -> “B”, ao assumir a responsabilidade, deve prestar contas de seus atos para “A” -> “A” analisa os atos de “B” -> feita tal análise, “A” premia ou castiga “B”.

Medeiros, Crantschaninov e Silva (2013, p. 762), ao analisarem os principais elementos presentes nos conceitos de *accountability* apresentados na literatura brasileira, observaram que

o termo “responsabilização” foi o mais citado, aparecendo em 20 artigos. O termo “prestação de contas” foi o segundo mais citado, totalizando 16 artigos, seguido dos termos “transparência” (sete); “sanções” (cinco); “controle político” (quatro), “responsabilidade” (quatro), “responsividade” (três) e “responsabilidade política”, “controle eleitoral”; “supervisão” e “ações das agências de controle” (dois artigos referentes a cada termo).

Trosa (2001, p. 264 apud PINHO e SACRAMENTO, 2009, p. 1348) alerta para a necessidade de uma visão moderna de responsabilidade, tendo em vista que esta não pode ter como base a ameaça e a sanção, mas um sentimento interiorizado que “cada um faz parte da solução e não apenas do problema”. Essa acepção está associada à ideia da responsabilidade subjetiva, isto é, à cobrança que a pessoa exerce sobre si mesma quanto à necessidade de prestar contas a alguém. Para Campos (1990), baseada em Frederich Mosher (1968), a *accountability* seria a responsabilidade objetiva, isto é, trata-se da responsabilidade de uma pessoa ou organização perante outra.

Apesar de a *accountability* ser um conceito amplo que inclui a existência de condições para os cidadãos participarem da definição e avaliação das políticas públicas, premiando ou punindo os agentes públicos responsáveis (CLAD, 2000), tais condições ainda são limitadas em diversos aspectos. A título de exemplo, não

há a “suficiente transparência”, pois as informações disponíveis ainda não se apresentam inteligíveis ao grande público, seja como consequência das omissões do setor público, seja como consequência da questão educacional somada à cultura política, ou seja, a necessidade de maior politização, engajamento e participação da vida pública.

Reconhece-se que, passados os 21 anos de duração do regime militar, a partir de 1985, os ideais democráticos retornaram de vez à agenda brasileira, colocando em xeque o insulamento dos agentes públicos com relação à *accountability* (PÓ e ABRUCIO, 2006). Ainda assim, para O’Donnell (1998), a “democracia delegativa” – genericamente abordando, o povo coloca-se como tutelado e o Estado age como tutor -, característica na América Latina, tem responsabilidade significativa no déficit de *accountability* na região.

Por outro lado, para Arato (2002, p. 103), a

*accountability* política é um princípio importante que pode ajudar a dar sentido à noção de soberania popular num regime de democracia representativa. Mas, se a consideramos como o único princípio importante, colocamos em risco a própria *accountability*. No nível do modelo institucional *accountability* deve ser complementada por instituições de deliberação, constitucionalismo e representatividade descritiva.

Além disso, de acordo com Przeworski (1998, p. 67 apud SACRAMENTO, 2005, p. 25), mesmo que todas as instituições democráticas funcionem bem, não há a garantia da promoção desejável de *accountability*, dada a assimetria de informação entre os agentes públicos e os cidadãos.

Young-Won (2005 apud KLANN, GOMES, GREUEL e BEZERRA, 2015, p. 105) diz que “a delegação de autoridade para o agente e a resultante obrigação para com o principal são legítimas bases para se esperar um forte relacionamento de prestação de contas (*accountability*) entre as duas partes”. Ainda segundo esse mesmo autor, “é por meio do *accountability* que o principal assegura que o comportamento do agente será o desejado” (YOUNG-WON, 2005 apud KLANN, GOMES, GREUEL e BEZERRA, 2015, p. 105).

Sacramento (2005, p. 28 apud Figueiredo, 2001, pp. 2-3) acrescenta deficiências ligadas à deficiência dos mecanismos de *accountability* horizontal no Brasil, tais como o padrão de formação dos governos de coalizão e a centralização do poder executivo. Assim, mecanismos de *accountability* vertical, a exemplo da mobilização da opinião pública por grupos organizados e pelos meios de



comunicação, adquirem relevância nesse processo. Anastasia e Melo (2002 apud SACRAMENTO, 2005, p. 28) acrescenta o “acentuado grau de centralização política no nível nacional”.

Para Pinho (2008, p. 478), o Brasil estaria em uma situação de fraca *accountability*, em que não existe pressão por parte da sociedade no sentido de maior transparência do Estado em detrimento de seu histórico de insulamento às questões sociais. Mais adiante, o autor conclui que os

portais do governo, de uma maneira geral, têm recursos tecnológicos adequados, existem boas condições de navegação, de busca de informações. Assim, a tecnologia parece não ser um problema. No entanto, alguns portais poderiam ser melhorados em termos da comunicação e da disponibilização das informações [...] (PINHO, 2008, p. 491).

Por fim, Maria (2010, p. 38) defende que a *accountability* é influenciada pelo tipo de desenho institucional e, é também seu reflexo.

Não obstante a literatura trazer déficits de *accountability*, é possível visualizar avanços recentes. A Constituição Federal de 1988 traz mecanismos institucionais de controle político do Estado pelos cidadãos, tais como conselhos consultivos ou deliberativos, plebiscitos e referendos, audiências públicas, impetração de ação popular, direito de petição, disponibilização das contas para exame e apreciação. Outras normas infraconstitucionais trazem as ouvidorias, entre outros.

Ademais, notam-se também avanços com relação ao orçamento público brasileiro, tais como: unificação de todos os orçamentos da União, exame das contas pelo tribunal de contas, apreciação pela comissão orçamentária do poder legislativo e posterior julgamento, criação da lei orçamentária anual (LOA) e a introdução do processo de planejamento no ciclo orçamentário, orçamento participativo (OP), redução das altas taxas de inflação, sistemas informatizados de gestão (Siafi), controladorias, limites de endividamento, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), entre outros (ABRUCIO e LOUREIRO, 2004).

Por outro lado, Abrucio e Loureiro (2004), não deixam de observar também a centralidade do poder executivo na execução do orçamento, que possui caráter predominantemente autorizativo, não impondo a obrigatoriedade de executar as verbas aprovadas pelo legislativo (inclusive, as emendas parlamentares), contingenciamento dos recursos orçamentários, entre outros.

Em todo caso, Campos (1990) condiciona o avanço da *accountability* ao avanço dos valores democráticos. Conforme a autora, as condições para que a administração pública brasileira torne-se *accountable* estão relacionada à a) organização dos cidadãos para exercer o controle político do governo; b) descentralização e transparência do aparato governamental; e c) substituição de valores tradicionais por valores sociais emergentes (CAMPOS, 1990, p. 48).

Przeworski (1998, p. 67 apud SACRAMENTO 2005, p. 25) sugere como possibilidade a criação de instituições independentes dos órgãos governamentais que ofereçam as informações necessárias aos cidadãos. Para Akutsu e Pinho (2002, pp.731-732), na ausência de organização da sociedade, os gestores públicos não se sentirão obrigados a promover a *accountability*. Arato (2002, p. 96) afirma que “um regime de *accountability* só pode funcionar em consonância com a sociedade civil e a esfera pública”. Adiante, esse mesmo autor vê que a “pré-condição mais importante para que um sistema de *accountability* realmente funcione é a atividade dos cidadãos nos fóruns públicos democráticos e na sociedade civil (ARATO, 2002, p. 103).

Rocha (2011, p. 83; p. 93) vê a *accountability* como um instrumento a serviço dos ideais democráticos (Novo Serviço Público), para além do controle de resultados (Nova Gestão Pública) e controle de conformidade e de processos (Administração Pública Tradicional), e com o dever indispensável da participação dos cidadãos.

Assim, denomina-se *accountability* social aquela exercida diretamente pela sociedade (compreendendo cidadãos, entidades da sociedade civil e os meios de comunicação) sobre os agentes públicos (ROCHA, 2011, p. 87). “Somente a partir da organização de cidadãos vigilantes e conscientes de seus direitos haverá condição para a *accountability*. Não haverá tal condição enquanto o povo se definir como tutelado e o Estado como tutor” (CAMPOS, 1990, p. 35). Ainda, tonar-se necessário “Publicizar o que se faz, como se faz e criar canais de contestação integram uma dimensão indispensável para que mecanismos de controle social da administração possam ser efetivos.” (IPEA, 2010b, p. 194 apud ROCHA, 2011).

Por fim, para Behn (1998, p. 37), “qualquer mecanismo de *accountability* deve permitir que os cidadãos participem do debate sobre a escolha das metas, e do acompanhamento e avaliação da consecução delas”.

Frente a esse cenário, como exemplo recente, o portal “Cuidando do Meu Bairro” (CMB) é um mecanismo não institucional de controle e fiscalização do poder

público. É uma plataforma de fiscalização e participação social, como instrumento de auxílio na ampliação da geração de informações sobre a aplicação dos recursos públicos, na transparência e prestação de contas dos agentes governamentais, no monitoramento, e posterior avaliação, de programas, políticas públicas e mandatos governamentais. Ainda, pode ser visto também como mais um importante meio que possibilita a qualificação do voto.

As informações disponibilizadas e a forma como elas são apresentadas trarão aos cidadãos maiores possibilidades de apropriação da gestão pública.

## 2.2 Plataformas Digitais Independentes no contexto da Gestão Pública

Em uma de suas definições usuais, plataformas utilizam da tecnologia para conectar atores independentes - pessoas e organizações - e recursos, permitindo e estimulando interações do lado da demanda e do lado da oferta e criando e trocando grandes quantidades de valor (PARKER, ALSTYNE, CHOUDARY, 2016).

Ainda segundo Parker, Alstyne e Choudary (2016, p. 23), o principal propósito da plataforma é “consumar o contato entre usuários e facilitar a troca de bens, serviços ou ‘moedas sociais’, propiciando assim a criação de valor para todos os participantes”.

Aqui, há uma transição da cadeia de valor linear tradicional, o *pipeline*, para a complexa matriz de valor da plataforma, na qual produtores, consumidores e a própria plataforma estabelecem entre si um conjunto variável de relações. Ademais, as plataformas estão em evolução constante e muitas servem a mais de um propósito (PARKER, ALSTYNE, CHOUDARY, 2016).

Sobre o governo, Parker, Alstyne e Choudary (2016, p. 299) afirmam que:

não é um setor produtivo no sentido convencional. No entanto, trata-se de um agente importante da economia, com amplo impacto na vida de todos os cidadãos. E certamente é baseado em informação, repleto de *gatekeepers* (como pode confirmar qualquer pessoa que já teve problemas com a burocracia governamental), fragmentado (em dezenas ou centenas de agências com atribuições sobrepostas e, muitas vezes, contraditórias) e permeado de assimetrias de informação (exacerbadas pelo intrincado juridiquês com que leis e normas são escritas).

Em comparação com as empresas tradicionais, as plataformas digitais, além da tecnologia, trazem como vantagens economia de escala (custos marginais

próximos de zero) e efeitos de rede (positivos). Assim, seus principais ativos são a comunidade e os recursos dos seus membros e as interações e informações resultantes, constituindo vantagem competitiva e valor gerado e distribuído.

Com a tecnologia digital, tais plataformas têm o poder de ampliar, de forma exponencial, o alcance, a velocidade, a interação, a conveniência e a eficiência acerca das soluções a que se propõem.

Negócios baseados em plataforma são comumente encontrados e conhecidos. Mas, o impacto desse novo modelo gerencial e organizacional nos setores público e social é também existente, e, em que pese suas especificidades, as plataformas vêm facilitando a vida dos cidadãos.

Neste trabalho, a expressão plataformas independentes foi utilizada para referenciar-se a plataformas que não são estatais ou governamentais, estando o protagonismo nas mãos das organizações da sociedade e dos cidadãos. Como exemplo e objeto deste estudo, há a plataforma digital independente “Cuidando do Meu Bairro” (CMB).

### 3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento das palavras-chave utilizadas neste trabalho, foram consultadas as bases *Spell* e *Scielo* para o termo *accountability*; consulta à plataforma, publicações acadêmicas da idealizadora e entrevista semiestruturada com ela para o conhecimento do “Cuidando do Meu Bairro” (CMB); e utilização do livro “Plataforma – A Revolução da Estratégia”, de Parker, Alstynne e Choudary (2016), para explorar o termo plataforma.

Então, por buscar compreender, descrever e gerar uma hipótese sobre o fenômeno estudado, este trabalho configura-se como uma pesquisa qualitativa, que faz uso da combinação de estudo bibliométrico, pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada.

No que diz respeito ao estudo bibliométrico, com o objetivo de mapear a produção científica brasileira em língua portuguesa sobre *accountability* e que tenha sido produzida e divulgada por meio de artigos cujas revistas estivessem indexadas às principais bases de dados, foram consultadas as bases *Spell* e *Scielo*. Para ambas, o termo utilizado na pesquisa foi *accountability*.

Na base de dados *Spell*, o estudo bibliométrico foi realizada em 11/06/2018. Nela, os seguintes filtros (com seus respectivos resultados) foram aplicados:

- 1-) Termo *accountability* (sem aspas) = 76 artigos;
- 2-) Ordenação por número de citações, em ordem decrescente = 29 artigos com citações.

Feito isso, a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, foram selecionados artigos cujo enfoque tivesse aderência à abordagem proposta, chegando-se a 11 artigos escolhidos e, posteriormente, lidos na íntegra.

Na Tabela 1 abaixo, relativa à base de dados *Spell*, tem-se a lista dos 29 artigos, com os 11 artigos lidos na íntegra (em negrito).

TABELA 1 - Levantamento de artigos na base de dados *Spell*

	Artigos	Autores	Ano	Periódico	Citações
1	<b>Accountability: já podemos traduzi-la para o português?</b>	<b>Pinho, José Antonio Gomes de; Sacramento, Ana Rita Silva</b>	2009	Revista de Administração Pública (RAP)	51
2	<b>Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?</b>	<b>Anna Maria Campos</b>	1990	Revista de Administração Pública (RAP)	40
3	Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil	Luiz Akutsu, José Antonio Gomes de Pinho	2002	-	28
4	<b>O novo paradigma da gestão pública e a busca da accountability democrática</b>	<b>Robert D. Behn</b>	1998	Revista do Serviço Público	15
5	<b>Accountability em câmaras municipais: uma investigação em portais eletrônicos</b>	<b>Fabiano Maury Raupp, José Antonio Gomes de Pinho</b>	2013	Revista de Administração da USP (RAUSP)	8
6	Accountability: a razão de ser da Contabilidade	Masayuki Nakagawa, Tânia Regina Sordi Relvas, José Maria Dias Filho	2007	-	8
7	Accountability e prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da contabilidade	Alexandre de Freitas Carneiro, Deyvison de Lima Oliveira, Luciene Cristina Torres	2011	-	7
8	Construindo a accountability em portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina	Fabiano Maury Raupp, José Antonio Gomes de Pinho	2011	-	7
9	<b>Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças</b>	<b>Marcos Vinicius Pó, Fernando Luiz Abrucio</b>	2006	Revista de Administração Pública (RAP)	6
10	<b>Estudos sobre accountability no Brasil: meta-análise de periódicos brasileiros das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais</b>	<b>Anny Karine de Medeiros, Tamara Ilinsky Crantschaninov, Fernanda Cristina da Silva</b>	2013	Revista de Administração Pública (RAP)	6
11	<b>Accountability na administração pública: modelos teóricos e abordagens</b>	<b>Arlindo Carvalho Rocha</b>	2011	Contabilidade, Gestão e Governança	6
12	A demonstração do resultado econômico e sistemas de custeamento como instrumentos de evidenciação do cumprimento do princípio constitucional da eficiência, produção de governança e accountability no setor público: uma aplicação na Procuradoria-Geral do Município de São Paulo	Slomski, Valmor; Camargo, Guilherme Bueno de; Amaral Filho, Antonio Carlos Cintra do; Slomski, Vilma Geni	2010	-	6
13	Performance no terceiro setor uma abordagem de accountability: estudo de caso em uma Organização Não Governamental Brasileira	June Alisson Westarb Cruz, Carlos Olavo Quandt, Tomás Sparano Martins, Wesley Vieira da Silva.	2010	-	5
14	<b>Prestação de contas de executivos municipais de Santa Catarina: uma investigação nos portais eletrônicos</b>	<b>Fabiano Maury Raupp</b>	2014	Administração Pública e Gestão Social	4
15	Prestação de contas nos portais eletrônicos de Assembleias Legislativas: um estudo após a Lei de Acesso à Informação	Fabiano Maury Raupp, José Antonio Gomes de Pinho	2014	-	4
16	A realização da accountability em pareceres prévios do Tribunal de Contas de Santa Catarina	Arlindo Carvalho Rocha	2013	-	4
17	<b>Contribuições da Lei de Responsabilidade Fiscal para o avanço da Accountability no Brasil</b>	<b>Ana Rita Silva Sacramento</b>	2005	Cadernos Gestão Pública e Cidadania	3
18	A reforma administrativa da Nova Zelândia nos anos 80-90: controle estratégico, eficiência gerencial e accountability	Wagner Carvalho	1997	-	2
19	<b>Influência do Risco Moral e da Accountability nas tomadas de decisões</b>	<b>Roberto Carlos Klann, Ely do Carmo Oliveira Gomes, Marcos Alexandre Greuel, Francisco Antônio Bezerra</b>	2014	Contabilidade Vista e Revista	2
20	Os vereadores prestam contas em portais eletrônicos? Um estudo comparativo entre municípios do Estado da Bahia e de Santa Catarina	Fabiano Maury Raupp, José Antonio Gomes de Pinho	2013	-	2
21	Prestação de contas por meio de portais eletrônicos: um estudo em Câmaras Municipais da Grande Florianópolis	Raquel Crestani Agostinetto, Fabiano Maury Raupp	2010	-	2
22	Accountability na administração pública federal: contribuição das auditorias operacionais do TCU	Erivelton Araújo Graciliano, José Cláudio Moreira Filho, Alessandro de Paiva Nunes, Fernando César de Melo Pontes, Fabrício Felício Zampa	2010	-	2
23	Prestação de contas no legislativo local antes e depois da lei de acesso à informação	Fabiano Maury Raupp, José Antonio Gomes de Pinho	2015	-	1
24	A atuação dos tribunais de contas estaduais brasileiros na correção das demonstrações contábeis dos processos de prestação de contas dos governadores	Renato Santiago Quintal, Ricardo Bernardes da Cunha, Francisco José dos Santos Alves, Waldir Jorge Ladeira dos Santos	2012	-	1
25	A gestão da responsabilização nas parcerias intergovernamentais	Elke Löffler	2000	-	1
26	Influência do uso de tecnologias de informação e comunicação na prestação de contas públicas municipais — um estudo de caso no Tribunal de Contas dos Municípios do estado da Bahia	Audálio Fernandes dos Reis, Antonio Luiz Rocha Dacorso, Fernando Antonio Guimarães Tenório	2015	-	1
27	<b>Avaliação e Accountability no setor público: um vínculo possível e desejável</b>	<b>Ceneviva, Ricardo</b>	2007	Revista Alcance	1
28	Prestação de contas por meio de portais eletrônicos de Câmaras Municipais: um estudo de caso em Santa Catarina antes e após a lei da transparência	Fabiano Maury Raupp, José Antonio Gomes de Pinho	2011	-	1
29	Desenvolvimento social e ambiental: arquitetura de dados de sustentabilidade baseada em pesquisa empírica	Takeshy Tachizawa	2010	-	1

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Na base de dados *Scielo*, o estudo bibliométrico foi realizada em 11/06/2018. Nela, os seguintes filtros (com seus respectivos resultados) foram aplicados:

- 1-) Termo: "*accountability*" = 945 artigos;
- 2-) Coleções: Brasil = 374 artigos;
- 3-) Idioma: Português = 323 artigos;
- 4-) Áreas temáticas do Scielo: ciências humanas e ciências sociais aplicadas = 259 artigos;
- 5-) Tipo de literatura: artigo, artigo de revisão = 253 artigos;
- 6-) Ordenação por número de citações, em ordem decrescente = 72 artigos com citações.

Feito isso, a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, foram selecionados artigos cujo enfoque tivesse aderência à abordagem proposta, chegando-se a 12 artigos escolhidos e, posteriormente, lidos na íntegra.

Por fim, do total de 23 artigos (compreendendo as duas bases), faz-se importante lembrar que dois dos artigos apareceram nos resultados de ambas as bases. Assim sendo, foram lidos, na íntegra, 21 artigos.

Na Tabela 2 abaixo, relativa à base de dados *Scielo*, tem-se a lista dos 72 artigos, com os 12 artigos lidos na íntegra (em negrito).

TABELA 2 - Levantamento de artigos na base de dados Scielo

	Artigos	Autores	Ano	Periódico	Citações
1	Trabalho em equipe na perspectiva da gerência de serviços de saúde: instrumentos para a construção da prática interprofissional	Peduzzi, Marina; Carvalho, Brígida Gimenez; Mandú, Edir Nei Teixeira; Souza, Geisa Colebrusco de; Silva, Jaqueline Alcântara Marcelino da	2011	-	21
2	Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação	Freitas, Luiz Carlos de	2012	-	18
3	<b>Accountability horizontal e novas poliarquias</b>	<b>O'Donnell, Guillermo</b>	<b>1998</b>	<b>Lua Nova</b>	<b>17</b>
4	<b>Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política</b>	<b>Miguel, Luis Felipe</b>	<b>2005</b>	<b>Revista de Sociologia e Política</b>	<b>17</b>
5	Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola	Bonamino, Alicia; Sousa, Sandra Zákia	2012	-	15
6	Implantação do matriciamento nos serviços de saúde de Capivari	Arona, Elizaete da Costa	2009	-	15
7	<b>Representação, soberania popular, e accountability</b>	<b>Arato, Andrew</b>	<b>2002</b>	<b>Lua Nova</b>	<b>15</b>
8	Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação	Miguel, Luis Felipe	2000	-	14
9	EXPLICAR LA CALIDAD DEMOCRÁTICA: ¿QUÉ TAN RELEVANTES SON LAS TRADICIONES AUTORITARIAS?	Morino, Leonardo	2007	-	13
10	Promessas e resultados da Nova Gestão Pública no Brasil: o caso das organizações sociais de saúde em São Paulo	Sano, Hironobu; Abrucio, Fernando Luiz	2008	-	12
11	Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental	Zhourí, Andréa	2008	-	12
12	Política, burocracia e redes sociais: as nomeações para o alto escalão do Banco Central do Brasil	Olivieri, Cecilia	2007	-	11
13	Eleições e representação	Manin, Bernard; Przeworski, Adam; Stokes, Susan C.	2006	-	10
14	Globalização, reforma do estado e teoria democrática contemporânea	DINIZ, ELI	2001	-	9
15	Para uma conceitualização alternativa de accountability em educação	Afonso, Almerindo Janela	2012	-	9
16	O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil	Brooke, Nigel	2006	-	9
17	<b>A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability</b>	<b>Lavalle, Adrian Gurza; Vera, Ernesto Isunza</b>	<b>2011</b>	<b>Lua Nova</b>	<b>8</b>
18	A visita domiciliar na Estratégia de Saúde da Família: conhecendo as percepções das famílias	Cruz, Mariene Mirian; Bourget, Monique Marie Marthe	2010	-	8
19	Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: Crítica à accountability baseada em testes estandarizados e rankings escolares	Afonso, Almerindo Janela	2009	-	8
20	<b>Accountability: já podemos traduzi-la para o português?</b>	<b>Pinho, José Antonio Gomes de; Sacramento, Ana Rita Silva</b>	<b>2009</b>	<b>Revista de Administração Pública (RAP)</b>	<b>8</b>
21	Como Controlar o Representante?: Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil	Nicolau, Jairo	2002	-	8
22	<b>Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia</b>	<b>Pinho, José Antonio Gomes de</b>	<b>2008</b>	<b>Revista de Administração Pública (RAP)</b>	<b>7</b>
23	Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?	Lima, Jacob Carlos	2010	-	7
24	ENABLING CONSTRAINTS: fontes institucionais de Coerência nas políticas públicas no pós-socialismo	Stark, David; Bruszt, Laszlo	1998	-	7
25	A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas?	Wampler, Brian	2008	-	6
26	A new frontier in economic and social rights advocacy? Turning quantitative data into a tool for human rights accountability	Felner, Eitan	2008	-	6
27	Planejamento estratégico e gestão pública por resultados no processo de reforma administrativa do estado de Minas Gerais	Corrêa, Izabela Moreira	2007	-	6
28	Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador	Boschi, Renato Raul	1999	-	6
29	Autonomia e discricionariedade do Ministério Público no Brasil	Kerche, Fábio	2007	-	5
30	Experimentalidade: ciência, capital e poder no mundo dos ensaios clínicos	Petryna, Adriana	2011	-	5
31	Democracia, Eleições e Responsabilidade Política	Cheibub, José Antônio; Przeworski, Adam	1997	-	5
32	Instituições e Política no Controle do Executivo	Figueiredo, Argelina Cheibub	2001	-	5
33	CORRUPCIÓN Y CAPTURA EN LA REGULACIÓN DE LOS SERVICIOS PÚBLICOS	Boehm, Frédéric	2005	-	5
34	O viés majoritário na política comparada: responsabilização, desenho institucional e qualidade democrática	Melo, Marcus André	2007	-	4
35	A política da ação regulatória: responsabilização, credibilidade e delegação	Melo, Marcus André	2001	-	4
36	Plebiscitos, referendos e iniciativas populares em América Latina: ¿mecanismos de control político o políticamente controlados?	Altman, David	2010	-	3
37	Governança democrática: uma genealogia	Bevir, Mark	2011	-	3



TABELA 2 (continuação) - Levantamento de artigos na base de dados *Scielo*

	Artigos	Autores	Ano	Periódico	Citações
38	Identificación y priorización de actuaciones de mejora de la eficiencia en el Sistema Nacional de Salud	Peiró, Salvador; Artells, Juan José; Meneu, Ricard	2011	-	3
39	Políticas educativas para o ensino superior na União Europeia: um olhar do lado português	Pacheco, José Augusto	2003	-	3
40	Avaliação educacional e modelos de valor acrescentado: tópicos de reflexão	Ferrão, Maria Eugénia	2012	-	3
41	<b>Avaliação, informação e responsabilização no setor público</b>	<b>Ceneviva, Ricardo; Farah, Marta Ferreira Santos</b>	2012	<b>Revista de Administração Pública (RAP)</b>	<b>3</b>
42	O futuro da democracia: cenários político-institucionais até 2022	Souza, Amaury de; Lamounier, Bolívar	1006	-	2
43	A demonstração do resultado econômico e sistemas de custeamento como instrumentos de evidênciação do cumprimento do princípio constitucional da eficiência, produção de governança e accountability no setor público: uma aplicação na Procuradoria-Geral do Município de São Paulo	Slomski, Valmor; Camargo, Guilherme Bueno de; Amaral Filho, Antonio Carlos Cintra do; Slomski, Vilma Geni	2010	-	2
44	O papel da ouvidoria de polícia	Zaverucha, Jorge	2008	-	2
45	O senado e as aprovações de autoridades: um estudo comparativo entre Argentina e Brasil	Lemos, Leany Barreiro; Llanos, Mariana	2007	-	2
46	<b>Desenho institucional e accountability: pressupostos normativos da teoria minimalista</b>	<b>Maria, João Francisco Araújo</b>	2010	<b>Revista de Sociologia e Política</b>	<b>2</b>
47	Desmistificação do regime contábil de competência	Borges, Thiago Bernardo; Mario, Paueri do Carmo; Cardoso, Ricardo Lopes; Aquino, André Carlos Busanelli de	2010	-	2
48	<b>A responsabilidade e a cidadania na Administração Pública</b>	<b>Mozzicafreddo, Juan</b>	2002	<b>Sociologia, Problemas e Práticas</b>	<b>2</b>
49	Mecanismos de participação e atuação de grupos de interesse no processo regulatório brasileiro: o caso da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)	Silva, Mariana Batista da	2012	-	2
50	Políticas públicas de educação	Mello, Guiomar Namó de	1991	-	2
51	<b>Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças</b>	<b>Pó, Marcos Vinicius; Abrucio, Fernando Luiz</b>	2006	<b>Revista de Administração Pública (RAP)</b>	<b>2</b>
52	Presidencialismos em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Uruguai	Oliveira, Luzia Helena Herrmann de	2006	-	1
53	Comércio e direitos humanos: rumo à coerência	Dommen, Caroline	2005	-	1
54	<b>Legitimidade, democracia e accountability no Mercosul</b>	<b>Medeiros, Marcelo de Almeida</b>	2008	<b>Revista Brasileira de Ciências Sociais</b>	<b>1</b>
55	Ajuste fiscal nos estados: uma análise do período 1998-2006	Gobetti, Sérgio Wulff	2010	-	1
56	Controle da corrupção e burocracia da linha de frente: regras, discricionariedade e reformas no Brasil	Figueiras, Fernando; Aranha, Ana Luíza Melo	2011	-	1
57	CONTABILIDAD PARA LA EQUIDAD Y LA INCLUSIÓN SOCIAL: PROPUESTAS PARA UNA INVESTIGACIÓN INTERDISCIPLINARIA A LARGO PLAZO	RUEDA DELGADO, GABRIEL	2011	-	1
58	El proceso de atribución de responsabilidades en América Latina: un estudio sobre el voto económico entre 1996 y 2004	Ratto, María Celeste	2011	-	1
59	La empresa educativa Chilena	Budnik, Jenny Assaél; Chávez, Rodrigo Comejo; López, Juan González; Rojo, Jesús Redondo; Edmonson, Rodrigo Sánchez; Morales, Mario Sobarzo	2011	-	1
60	Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006	Rennó, Lucio R.	2007	-	1
61	A luta por responsabilidade das empresas no âmbito das nações unidas e o futuro da agenda de advocacy	Feeny, Patrícia	2009	-	1
62	Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil	Rocha, Carlos Vasconcelos	2011	-	1
63	Accountability em listas abertas	Miguel, Luis Felipe	2010	-	1
64	La priorización de fármacos oncológicos en el sistema hospitalario de Cataluña: estudio cualitativo de casos	Prades, Joan; Borrás, Josep M.	2010	-	1
65	Relações internacionais federativas no Brasil	Rodrigues, Gilberto Marcos Antonio	2008	-	1
66	Os partidos políticos brasileiros e a internet: uma avaliação dos websites dos partidos políticos do Brasil	Braga, Sérgio Soares; França, Andressa Silvério Terra; Nicolás, María Alejandra	2009	-	1
67	Perpetrando o bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos	Bukovská, Barbora	2008	-	1
68	<b>Poder de decreto e accountability horizontal: dinâmica institucional dos três poderes e medidas provisórias no Brasil pós-1988</b>	<b>Da Ros, Luciano</b>	2008	<b>Revista de Sociologia e Política</b>	<b>1</b>
69	Panamá 2007: Crecimiento económico, combustión social y catalepsia institucional	GUEVARA MANN, CARLOS	2008	-	1
70	Effects of health decentralization, financing and governance in Mexico	Arredondo, Armando; Orozco, Emanuel	2006	-	1
71	Delegação e controle político das agências reguladoras no Brasil	Meirelles, Fernanda; Oliva, Rafael	2006	-	1
72	Agências reguladoras e transparência: a disponibilização de informações pela Aneel	Prado, Otávio	2006	-	1

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Quanto à pesquisa bibliográfica, esta pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa de campo e de laboratório. Em ambos os casos, buscase conhecer as contribuições culturais ou científicas do passado (CERVO e BERVIAN, 1978, p.40). Para Marconi e Lakatos (2003, p.183):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisa, monografias, teses [...]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...].

Ainda segundo as mesmas autoras, elas também afirmam que a pesquisa bibliográfica:

[...] não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (MARCONI E LAKATOS, 2003, p.183).

Em suma, a pesquisa bibliográfica contribui para o conhecimento sobre o que já foi publicado sobre determinado assunto e sobre o estado da arte em que ele encontra-se.

Já a entrevista semiestruturada foi realizada no dia 13/12/2017, por meio da plataforma de mensagens instantâneas e vídeochamadas *Google Hangouts*, com a idealizadora da ferramenta Cuidando do Meu Bairro, Profa. Dra. Gisele Craveiro. O contato inicial ocorreu por meio de trocas de e-mails. Após, por meio da participação no II Encontro Brasileiro de Governo Aberto, ocorrido no Centro Cultural São Paulo (CCSP) no dia 29/11/2017, na mesa sobre “Tecnologias para o Emponderamento Social”, com a apresentação da Profa. Dra. Gisele Craveiro.

#### 4. PLATAFORMA “CUIDANDO DO MEU BAIRRO” (CMB)

Na prestação de serviços públicos, as tecnologias da informação e comunicação (TICs) são cada vez mais presentes. A exemplo do espraiamento visto no setor governamental por meio do que se chama *e-gov* ou governo eletrônico, configurando-se como mais uma possibilidade para que a sociedade possa usufruir de serviços e/ou participar de forma mais efetiva na gestão pública.

Ao estudar a promoção da *accountability* por meio dos portais eletrônicos de câmaras municipais do Estado de Santa Catarina, Raupp e Pinho (2013, p. 771) afirmam que "[...] dependendo dos objetivos e da forma como são construídos, dos designs tecnológicos adotados, os portais eletrônicos podem contribuir efetivamente para a construção de *accountability*". Por outro lado, os autores verificaram que

a maioria dos portais apresenta nula capacidade em prestar contas e baixa capacidade para promover transparência e participação, ou seja, não há, no conjunto de portais eletrônicos observados, condições para a construção de uma efetiva responsabilização contínua dos governantes pelos seus atos praticados (RAUPP e PINHO, 2013, p. 777).

Em estudo posterior, desta vez sobre a prestação de contas (por meio de portais eletrônicos) de executivos municipais de Santa Catarina, Raupp (2014, p. 158) afirma o seguinte: "Mesmo que a prestação de contas não deva se restringir a questões legais, na maioria dos executivos caracteriza-se pela divulgação parcial e/ou fora do prazo legal".

Nesse vácuo de *accountability*, abre-se também a possibilidade de adoção das TICs pela sociedade civil na promoção do interesse público, a sociedade civil eletrônica ou *e-soc*. Assim, além da existência do controle institucional, a sociedade civil também cria mecanismos que ampliam a possibilidade de controle político pelos cidadãos.

“Cuidando do Meu Bairro” (CMB) é uma plataforma digital independente, encaixa-se nas definições de *accountability* vertical ou *accountability* social trazidas pela literatura afim vista acima e tem como objetivo facilitar o monitoramento dos

gastos públicos do município de São Paulo, apresentando os dados no próprio mapa do município por meio de geolocalização e em tempo real.

A ferramenta encontra-se em constante desenvolvimento e foi concebida pelo Colaboratório de Desenvolvimento e Participação (Co:lab), centro de pesquisa existente na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (Each) da Universidade de São Paulo (USP).

O CMB é uma plataforma pioneira, não havendo referências nacionais e internacionais para sua constituição e em seu propósito, e tem como idealizadora a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gisele da Silva Craveiro, líder do Colab-USP, integrante do corpo docente do curso de Sistemas de Informação da USP e que corrobora essa afirmação.

Em seu portal, o Colab-USP apresenta os seguintes objetivos: democratizar o acesso a bens culturais; diagnosticar o acesso a dados, informações e conhecimento; promover o maior acesso à informação pública; transformar dados em informação e em conhecimento; promover transparência, *accountability* e participação social. Ademais, guia-se por meio dos seguintes valores: conhecimento aberto, acesso à informação, transparência, defesa da privacidade, liberdade de expressão, inclusão e colaboração em rede.

Desde 2012, o Colab-USP vem trabalhando na divulgação do CMB. Reuniões, *workshops* e eventos especiais são promovidos dentro das redes nas quais está inserido. Ainda assim, a plataforma tornou-se viável entre fins de 2015 e início de 2016, e no começo de 2016 foram realizadas reuniões com *beta testers* (pessoas selecionadas de grupos do governo, sociedade, formadores de opinião) para reformulação dela levando-se em consideração as experiências desses usuários.

Em um primeiro momento, na primeira fase do CMB, houve financiamento da *World Wide Web Foundation* e do *Internacional Development Research Centre* (Canadá), no projeto *Open Data in Developing Countries*.

Aqui, procurou-se testar duas hipóteses. A primeira hipótese de que se os dados orçamentários fossem apresentados em outra linguagem, as pessoas sem conhecimento técnico-orçamentário e tecnológico avançado iriam gostar da visualização em mapa. Assim, essa hipótese era a de que a nova linguagem iria facilitar a acessibilidade. A outra hipótese seria a de que, facilitando a acessibilidade *lato sensu*, isso poderia levar ao maior engajamento dos cidadãos.

Nessa primeira fase, o CMB recebeu um convite para tornar-se a plataforma oficial da Prefeitura de São Paulo. No entanto, a idealizadora preferiu que a plataforma continuasse independente, que transpassasse as fronteiras da universidade, mas que fosse conduzida por organizações da sociedade civil com a participação da população.

Assim, mesmo com alternância de poder entre prefeitos e mudanças de gestões, não há descontinuidade da plataforma, pois o “Cuidando”, além de ser independente e mantido pelo Colab-USP, baseia-se totalmente nos dados do Portal de Transparência que tem sua perenidade garantida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Então, todos os anos dados e informações são normalmente exibidos na plataforma.

Em um segundo momento, segunda e atual fase do CMB, houve financiamento (também por meio de edital) da Iniciativa Latinoamericana por los Datos Abiertos (ILDA) e da *Fundación Avina*. Com esses recursos, foi possível realizar a reformulação da plataforma, a partir do que foi aprendido na primeira fase e optando-se por prioridades, pois os recursos não eram suficientes para se realizar tudo o que era desejável.

Já o apoio da *Open Knowledge*, de forma institucional, viabilizou o domínio da ferramenta e algumas questões de desenvolvimento tecnológico.

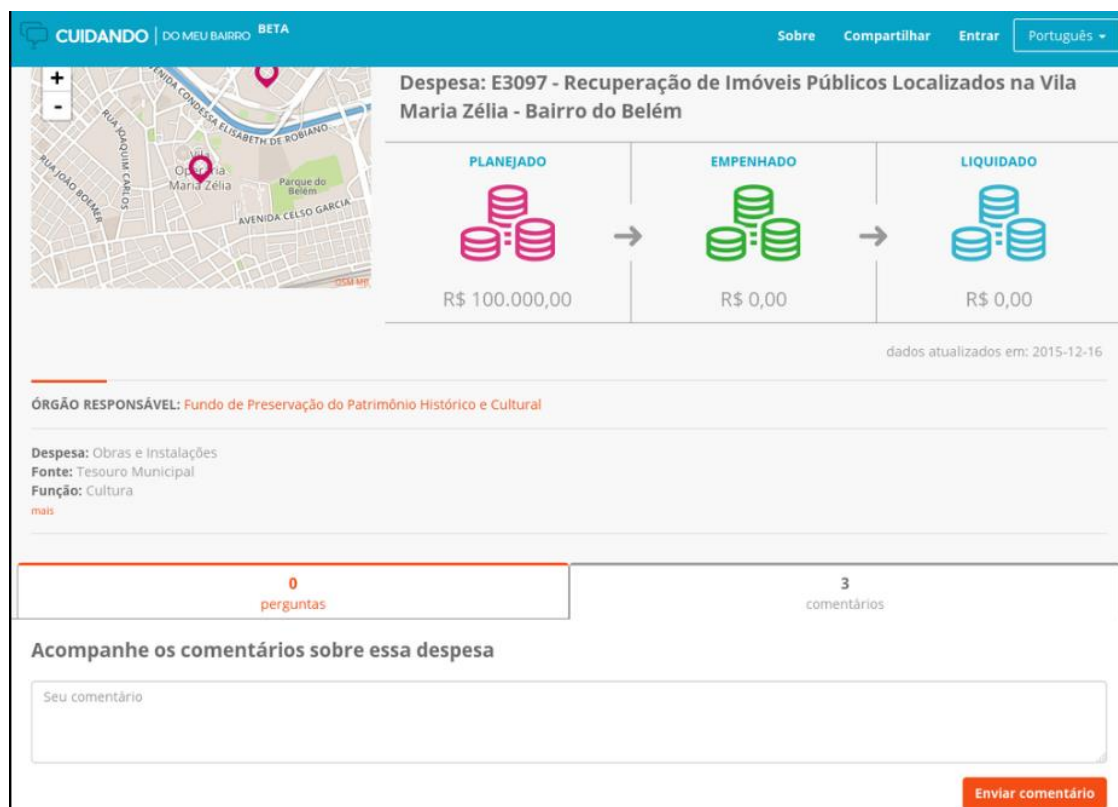
A partir de 2016, o Colab-USP estabeleceu uma parceria com o Observatório Social do Brasil São Paulo (OSB-SP), por enxergar nesta organização o parceiro ideal para utilizar a ferramenta em seus processos de fiscalização dos gastos públicos, que ocorre tanto pela diretoria como pelos voluntários. Assim, a gestão do CMB vem tornando-se mais compartilhada a partir desse ano.

Outros apoios, que ainda não são formais, diz respeito ao Ministério Público Federal (MPF) por meio de oficinas para divulgação a cidadãos interessados pela plataforma. Ademais, do “Arq.Futuro”, também na divulgação do CMB e procurando expandir para elaboração de infográficos e vídeos curtos para auxiliar na compreensão de conceitos orçamentários e de controle social, estabelecendo relações com o que a plataforma disponibiliza.

Ao acessar a plataforma, o usuário depara-se com um mapa do município de São Paulo, bastando clicar em um dos pinos que indicam a localização do gasto público para consultar o andamento da proposta (e de seus respectivos recursos) incluída na lei orçamentária anual (LOA).

Assim, de acordo com visualização do portal do CMB (figura exemplificativa abaixo), usando um código de cores para apresentar o seu *status* – planejado (rosa) empenhado (verde) e liquidado (azul) -, é possível ao cidadão monitorar, em tempo real, os gastos orçamentários do seu município.

FIGURA 1 - Exemplo de monitoramento de uma despesa



Fonte: Portal "Cuidando do Meu Bairro" (2017).

Caso o usuário não tenha encontrado a atividade (obra, serviço) de seu interesse ou tenha restado alguma dúvida sobre o andamento de determinada atividade, sendo necessária alguma complementação da informação disponível, há a possibilidade de submissão de perguntas.

Para realizar perguntas, há a necessidade de cadastramento, ou via *Facebook* ou via *login* próprio na ferramenta. Constitucionalmente, o pedido de informação anônimo não é autorizado. De acordo com a idealizadora, durante as oficinas, o CMB reitera que as perguntas podem ser feitas tranquilamente pela população, por meio da plataforma, e que os nomes dessas pessoas não serão divulgados.

No momento, para a pessoa acessar a resposta à sua pergunta, ela tem de guardar o endereço da *Uniform Resource Locator* (URL) do gasto público e visitá-lo periodicamente, pois ainda não há notificação da resposta (como por *e-mail*, por exemplo). Então, por enquanto, controla-se o prazo previsto legalmente para o retorno da resposta, dirige-se ao ponto do mapa ou à planilha contendo o gasto público relativo à pergunta e realiza o acompanhamento.

As perguntas feitas pela população circunscrevem-se às dúvidas com relação à peça orçamentária, objetivo do CMB. As oficinas reforçam isso. As pessoas não estão utilizando como canal para tomar a atenção do gestor para qualquer questão.

Ainda, não há nenhuma classificação, triagem ou tratamento das perguntas pelo CMB. As perguntas recebidas pela população, da mesma forma que chegam, são direcionadas ao poder público com o seguinte prólogo: “com relação ao gasto público x”. Cabe ao robô do CMB enviar os questionamentos recebidos para o Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC) da Prefeitura de São Paulo. Até o momento, não há problemas de vandalismo. Mas, existe o risco, pois a plataforma não é moderada.

Não há também um plano de sustentabilidade para a ferramenta, há apenas algumas intenções. Mas, de acordo com a entrevista com a idealizadora, sempre procurou-se criar uma comunidade no entorno. E o *software* livre e a aproximação com *Open Knowledge* foi ao sentido de fomentar uma comunidade de desenvolvedores, que pudessem melhorar tanto a atual plataforma para o município de São Paulo como também escalar para outros municípios do Brasil. Assim, procurou-se não deixar somente dentro da universidade, buscando desenvolver comunidade de desenvolvedores e comunidade de usuários. E a parceria com o OSB-SP é bastante voltada para o fomento de uma comunidade de usuários.

## 5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com Campos (1990), “o verdadeiro controle do governo - em qualquer de suas divisões: Executivo, Legislativo e Judiciário - só vai ocorrer efetivamente se as ações do governo forem fiscalizadas pelos cidadãos”. E a autora continua: “A legitimidade do poder delegado (pelo povo ao Estado) precisa ser assegurada pelo exercício ativo da cidadania, por Partidos Políticos sintonizados com seus eleitores e por uma opinião pública bem-informada”.

Akutsu e Pinho (2002, p. 732) afirmam que “sem uma sociedade civil organizada, os gestores públicos não se sentirão obrigados a promover a *accountability*”. Ainda, prosseguem os autores:

O controle social pode, portanto, fortalecer o controle formal legalmente instituído, levando a sociedade a participar mais ativamente da vida pública e, dessa forma, reduzindo a distância entre o desempenho do governo e as efetivas necessidades dos cidadãos (AKUTSU E PINHO, 2002, p. 732).

Para Abrucio e Loureiro (2004, p. 7), o “controle social é uma forma de *accountability* vertical que não se encerra na eleição, atuando ininterruptamente”. Considera-se a *accountability* para além do processo eleitoral (momento de premiação ou sanção da gestão por meio do voto), realizando-se também no dia a dia, ininterruptamente, da atuação dos agentes públicos e das organizações públicas e mediante o controle exercido pelos meios de comunicação, pelas organizações e associações da sociedade e pelos próprios cidadãos (ROCHA, 2011).

Os excertos acima são exemplos do enfoque comumente encontrado na literatura nacional acerca da *accountability*: o fator do envolvimento da sociedade na vida pública como condição à existência de *accountability*. E esse envolvimento ocorrer de forma contínua, não apenas a cada dois ou quatro anos.

Por outro lado, os “custos de informação para os eleitores tornam-se altos, sobretudo porque, por definição, eles podem dedicar às questões públicas apenas uma pequena parcela de seu tempo e de sua atenção” (MIGUEL, 2005, p. 29).

Vislumbra-se que a *accountability* social (ou societal), promovida pelas mais diversas entidades sociais (associações, grupos de extensão, sindicatos, ONGs, mídia etc), atue em áreas como acompanhamento, investigação e denúncias dos desvios cometidos e cobrem responsabilização por eles. Ademais, conta-se também



com a atuação conjunta das atividades da *accountability* horizontal, ou seja, fiscalização e controle democráticos entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de acordo com a teoria dos “freios e contrapesos”, e o controle promovido pelos órgãos, tais como controladorias (controle interno) e tribunais de contas (controle externo), agências fiscalizadoras, ministérios públicos, entre outros. Posteriormente, que ambos influenciem a *accountability* vertical, em outras palavras, o monitoramento, o controle e a avaliação das políticas públicas pela sociedade e, com base nessas informações, a correspondente manifestação dos cidadãos em consultas públicas, tais como plebiscitos, referendos e votos.

O objetivo da plataforma é tornar-se uma ferramenta social de monitoramento e controle dos gastos públicos municipais, e, como decorrência, que as informações e os conhecimentos gerados possam repercutir em outras esferas também, ou seja, no mundo *offline*.

Nesse contexto, a Lei de Acesso à Informação (LAI) é mais um importante mecanismo de promoção da *accountability* disponível à população. Com as dúvidas geradas, as pessoas têm a possibilidade de realizar as perguntas por meio da plataforma do CMB – que possuem garantia de resposta pela LAI - e, então, estarem mais embasadas para acionar o prefeito, os vereadores e os respectivos órgãos de controle institucional e social.

Assim, a partir das leituras, da visualização e interação com a plataforma e conversa com sua idealizadora, podem-se apresentar algumas análises e resultados.

Abaixo, na Tabela 3, são apresentados alguns indicadores de acesso e interação do CMB, correspondendo ao período de julho de 2016 a novembro de 2017.

TABELA 3 – Indicadores de interação e acesso ao CMB

<b>Indicador</b>	<b>Quantidade</b>
Número de usuários cadastrados	382
Número total de perguntas	199
Número total de perguntas e/ou interações do e-SIC da Prefeitura de São Paulo	770

Fonte: elaborado pelo autor (2017) com base na entrevista semiestruturada.

Há toda a base de perguntas e respostas realizadas por meio do CMB, mas são necessárias mais pessoas para realizar análises mais aprofundadas. Existem informações de número de usuários cadastrados. Mas, do fluxo de visitas, não. Ainda, é possível navegar pela plataforma sem estar logado, sem identificar-se.

A plataforma também não controla quem são os seus maiores usuários. Ainda que trouxesse ou houvesse essa observação, seria necessário definir um critério, tal como o número de pedidos de informação. Por outro lado, há a crença de que os diretores e voluntários do OSB-SP são os maiores usuários.

O CMB não utiliza *cookies*, com o intuito de zelar pela privacidade das pessoas. Assim sendo, não há registros de como os usuários estão utilizando e percorrendo a plataforma, a experiência de uso.

Como as plataformas oferecem uma infraestrutura aberta e participativa para que as interações entre os atores aconteçam, a teoria (PARKER, ALSTYNE, CHOUDARY, 2016) aponta para a necessidade da presença de condições de governança para regulá-las. No CMB, isso é realizado

Além de haver muitos resultados interessantes a partir dessas análises, há também muitas histórias presentes na plataforma, existindo o interesse de selecionar algumas perguntas e respostas para criar histórias a partir delas.

Como exemplo trazido pela idealizadora da plataforma para ilustrar um controle social realizado e no qual a conta não fecha: um dos voluntários fez uma pergunta que passou a ser muito utilizada durante as oficinas. A pergunta estava relacionada ao número de árvores que seriam plantadas pela Prefeitura de São

Paulo em seu bairro. A partir do dado obtido, o voluntário percorreu o bairro para contar o número de árvores plantadas, encontrando menos que o determinado.

Outro ponto importante da análise das perguntas e respostas será visualizar a relação entre o cidadão buscando entender a peça orçamentária e o comportamento do gestor com relação às perguntas. Ainda, há relatos de que as perguntas feitas por meio do CMB têm sido difíceis de serem respondidas.

As respostas à população estão chegando, não está prevalecendo o silêncio. Mas, cada secretaria, órgão, subprefeitura utiliza o seu padrão de resposta. Todas as perguntas são respondidas pelos agentes públicos. Inclusive, todas são assinadas, ou seja, por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), recebem-se também o nome completo e o cargo que o gestor ocupa.

Quanto à solução de dúvidas da população, a Profa. Gisele Craveiro afirma haver de tudo, ou seja, as que atendem e as que são mais evasivas. Um exemplo de resposta *sui generis* diz respeito a uma pergunta feita por um diretor do OSB-SP com relação à alocação de recursos públicos para um hospital privado que não atende o Sistema Único de Saúde (SUS). Como retorno, o poder público redigiu algo do tipo “fique tranquilo que isso não será feito, isso foi cancelado”. Mas, afinal de contas, o que levou alguém a alocar na peça orçamentária esse recurso?

Por meio de parcerias com organizações da sociedade civil, que divulgam e utilizam a ferramenta, tanto para consultas como para realização de perguntas (transparência passiva); por meio do interesse dos gestores públicos da Prefeitura, que se interessam pela linguagem mais acessível e direta à população, e que aperfeiçoam a disponibilização de informações a partir das demandas da população e avançar para uma transparência ativa.

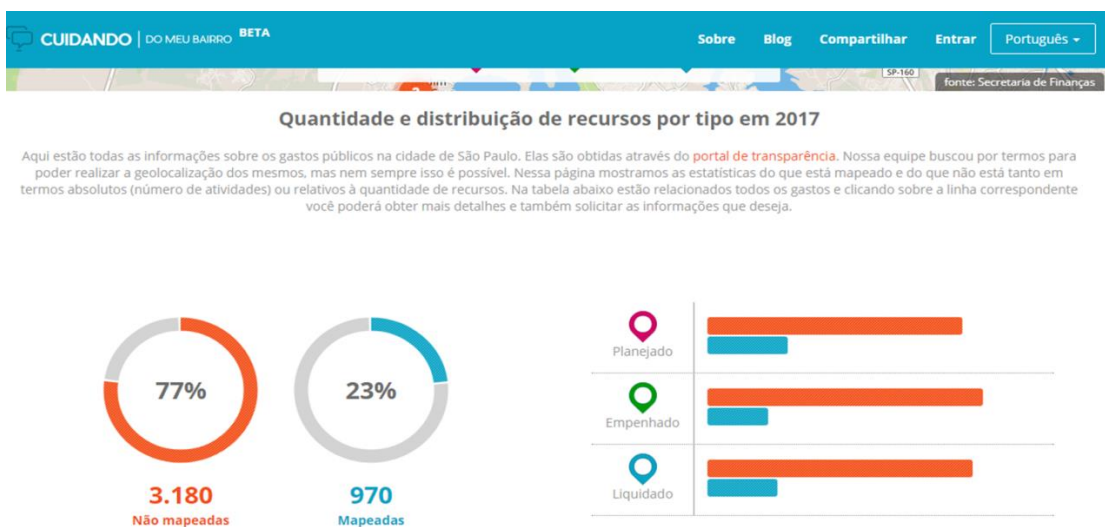
Não há apoio expresso do governo, havendo interlocução com a Controladoria Geral do Município de São Paulo (CGM-SP) – notadamente com relação à transparência passiva.

O CMB mostra como a transparência ativa é importante, pois o “Cuidando” utiliza o Portal da Transparência e o e-SIC, sendo, então, interessante ao gestor público – que gasta milhares de reais para manter o Portal – saber que isso está sendo consultado. Dessa forma, o CMB reforça o papel, a importância dessas iniciativas, de o governo aumentar, incentivar a transparência ativa.

Considera-se como grande apelo do CMB a geolocalização, sendo isso que estimula o engajamento inicial, mas não é isso que mantém o engajamento. Assim, da pessoa mais humilde de um movimento social até o gestor do alto escalão há encantamento com o mapa.

Mas, quando se abre o mapa e verifica-se que a fração do orçamento que está ali presente é ainda muito pequena, as pessoas incomodam-se, havendo uma grande frustração geral.

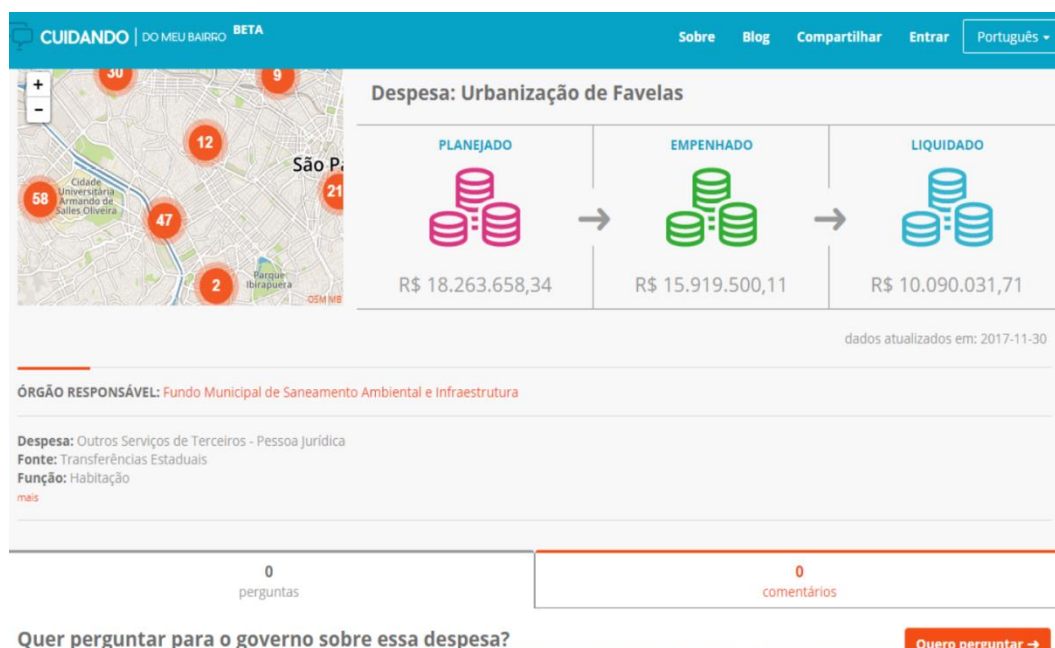
FIGURA 2 - Porcentagem de recursos mapeados x recursos não mapeados



Fonte: Portal “Cuidando do Meu Bairro” (2017)

Ademais, há as metas genéricas. Por exemplo, coloca-se no orçamento apenas a destinação de recursos financeiros às Unidades Básicas de Saúde (UBSs). Mas, com apenas essa informação, sem detalhamento da ação, como rastrear a alocação desses recursos?

FIGURA 3 - Exemplo de despesa genérica



Fonte: Portal “Cuidando do Meu Bairro” (2017)

As oficinas são as grandes catalisadoras tanto da divulgação da plataforma como da maior participação e interação da sociedade com os órgãos públicos, via comunicação entre CMB e e-SIC, buscando *accountability*.

A utilização das informações da plataforma de monitoramento e controle social para localizar e combater desvios, melhorar os serviços públicos e contribuir em uma administração mais eficiente dos municípios depende fundamentalmente de organizações da sociedade civil e de pessoas dispostos tanto para torná-los acessíveis como para acessá-los.

Assim sendo, amplia-se o impacto do CMB – e, conseqüentemente, da *accountability* - ao serem estimuladas e criadas comunidades de usuários e de desenvolvedores.

TABELA 4 – Indicadores de Repercussão do CMB

<b>Indicador</b>	<b>Quantidade/Descrição</b>
Matérias na mídia nacional, local e setorial	10
Incidência no debate sobre a qualidade dos dados orçamentários	Detalhamento do campo da “ação” na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015
Prêmio	2 - 1º lugar do Prêmio Nacional de Educação Fiscal 2016 (Categoria: Instituição); - Reconhecimento de melhor pôster da Conferência Internacional ICEGOV 2016.

Fonte: elaborado pelo autor (2017) com base na entrevista semiestruturada.

Encontram-se em estágios iniciais discussões acerca da possibilidade de inclusão de *crowdsourcing*, ou seja, as pessoas passariam também a adicionar informações sobre o orçamento público municipal no mapa. Além disso, o CMB quer aumentar a parcela do orçamento visualizada na plataforma e mostrar, da forma mais direta possível, a aplicação dos gastos públicos. Ainda, a realização de análises dos resultados atingidos e a medição de seus alcances.

Por fim, o Colab-USP e o OSB-SP pretendem desenhar um processo para repercutir as histórias e as respostas recebidas, pois disponibilizando na esfera pública, nas mídias sociais e nos meios de comunicação, tem-se mais uma forma de realizar cobrança do setor público e promover *accountability*.

Mas, em que pesem os esforços do CMB, ausências de dados, descrições abrangentes que não dizem muito sobre a localização do gasto e alocações de valores simbólicos não compatíveis com os bens e/ou serviços aos quais são destinados indicam que as informações disponíveis sobre o orçamento público (pelo poder público) não são suficientes e apresentam-se em qualidade aquém do desejável. Desse modo, cidadãos não conseguem monitorar a maior parte dos gastos públicos (quase 80%) do município de São Paulo, e, conseqüentemente, avaliar o impacto das políticas públicas e o trabalho dos políticos eleitos.

A participação ativa dos cidadãos na vida política é imprescindível para rompimento da relação histórica estabelecida entre tutor (governo) e tutelado (cidadãos), transitando de uma democracia delegativa para uma democracia verdadeiramente representativa. Nesse sentido, a migração de um modelo de cidadão passivo para o de cidadão ativo, participativo e organizado, para além das eleições, que atue na promoção dos interesses sociais e que faça parte da cocriação e coprodução da gestão pública são importantes para a mitigação da assimetria informacional entre governos e cidadãos, a maior conexão, interatividade e representatividade.

O “Cuidando”, apesar de não ser um mecanismo formalizado ou institucionalizado capaz de exigir a responsabilização dos agentes públicos pelos atos praticados ou não (KENNEY, 2003 apud RAUPP, 2013), é um importante mecanismo informal à disposição da sociedade para busca da redução da assimetria informacional entre agente (representantes) e principal (representados) e, então, de *accountability* dos agentes públicos com relação ao orçamento público, aos programas e políticas públicas municipais.

O CMB, baseado nos dispositivos legais, vem (em alguma medida) conseguindo que os agentes públicos melhorem a prestação de contas – e, com o tempo, possa avançar da transparência passiva à ativa. Ademais, a plataforma pode contribuir na capacidade do cidadão de reconhecer e/ou aplicar sanções aos agentes, pois contribui no monitoramento e avaliação da gestão e permite a qualificação do voto pelo eleitor. Nesse sentido, esse instrumento tem também uma importante função pedagógica, de organização social, de desenvolvimento político e de informação – por isso, a importância da sustentabilidade de iniciativas como essa.

Como sugestões de aperfeiçoamento dessa plataforma digital independente, algumas das possibilidades são trazidas a seguir: difusão de sua existência e possibilidades de utilização, aperfeiçoamento de mecanismos de participação e interação entre os cidadãos, foco em uma perspectiva mais relacionada à entrega do programa ou política pública (compreendendo resultados, efeitos e impactos à sociedade).

Ainda, outras perspectivas de análises que o “Cuidando” pode fazer, como distribuição de recursos por áreas do município (subprefeituras, áreas carentes),

prioridades ou programas estratégicos do governo (ao analisar conjuntamente com o plano plurianual – PPA), entre outras.

Considerando que o "Cuidando" possui uma preocupação com o engajamento e a inclusividade dos cidadãos na compreensão e acompanhamento da peça orçamentária, outros grupos sociais podiam ser compreendidos também, tais como deficientes visuais, por exemplo.

Por fim, que tal iniciativa seja levada e amplamente adotada por outros entes federativos.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que haja debilidade das instituições políticas, falta de crença e baixa expectativa quanto à atuação dos governos, carga tributária elevada com retorno abaixo do necessário para o acesso a serviços públicos de qualidade, entre outras variáveis, podem aumentar o interesse de organizações da sociedade civil e da população de modo geral pela destinação dos recursos públicos.

Desse modo, o orçamento público poderia estar cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, monitorando e controlando principalmente aquilo que afeta diretamente o local onde elas moram, transitam e trabalham.

O titular da soberania é o povo e é ele quem delega capacidade decisória aos seus representantes para que ajam de acordo com o bem comum (responsividade). No entanto, conhecer se estão ou não estão atuando na defesa dos interesses dos cidadãos não é uma tarefa simples.

O tecnicismo da linguagem contábil e orçamentária e a insuficiência na prestação de contas são as principais barreiras para esse acompanhamento. Além disso, os portais eletrônicos governamentais ainda buscam avançar do estágio de "murais eletrônicos" para os de "promotores de incentivos ao exercício da democracia" (RAUPP, 2014, p. 158).

Verificou-se ao longo do trabalho que as plataformas digitais independentes podem influenciar positivamente a promoção da *accountability* governamental por meio da ampliação de possibilidades de acompanhamento do orçamento público pela população, sendo a linguagem utilizada uma importante aliada, e, de posse da informação e de sua compreensão, por meio de sua participação no envio de perguntas, que podem expressar dúvidas e/ou questionamentos sobre os dados divulgados. Como consequência, o acionamento e o retorno do poder público, ainda que de forma não totalmente satisfatória em determinados casos, corrobora a importância desse instrumento.

O "Cuidando do Meu Bairro" é um exemplo do poder das tecnologias de informação e comunicação na promoção do emponderamento social e da *accountability*, notadamente devido à sua independência governamental e à linguagem utilizada.

O CMB pode e busca, baseando-se nas redes colaborativas, ampliar o acesso e a participação, a interação social, a sua divulgação, a análise de dados e informações, geração de conhecimento acerca do orçamento público e criação de valor a todos, além de atuar como mecanismo de coordenação dessa comunidade.

Ademais, o “Cuidando” pretende aumentar a parcela do orçamento visualizada na plataforma e mostrar, da forma mais direta possível, a aplicação dos gastos públicos. Ainda, a realização de análises dos resultados atingidos e a medição de seus alcances.

A plataforma é um passo importante, mas tem um longo caminho a percorrer, que vai desde a consolidação, sustentabilidade e tornar-se amplamente conhecida – ainda apenas em se tratando do município de São Paulo – passando pela presença constante dos portais de interesse público no cotidiano dos brasileiros até a conexão entre os mundos *online* e *offline*.

Cabe destacar que o Brasil ainda sofre com grandes limitações de três ordens e de complexidades variadas cujas superações são importantes para a efetiva atuação social, quais sejam: de acesso (barreira estrutural); de capacidades e habilidades de usos necessárias para acessar e compreender a informação disponibilizada, ou não, por uma plataforma digital (barreira educacional ou barreira do conhecimento); e de interação entre os mundos *online* e *off-line*, buscando resultados tangíveis e impactos positivos no dia a dia.

A principal limitação deste estudo diz respeito à ampliação de vozes. Ainda que alguns posicionamentos e falas dos cidadãos-usuários da plataforma tenham surgido na fala da idealizadora, este trabalho, até pelo tempo para sua realização e entrega, não trouxe entrevistas com essas pessoas.

Para trabalhos futuros, além de incluir as visões dos cidadãos-usuários, serão consideradas pesquisas que abranjam a literatura sobre *accountability* social e *accountability* societal e também a literatura internacional. Ainda, outras pesquisas empíricas são necessárias para verificar a contribuição de portais eletrônicos na promoção de *accountability* e, mais amplamente e profundamente, as diversas e principais causas que podem gerar déficit de *accountability* e as possíveis maneiras de efetivamente superá-lo ou mitigá-lo.

## 7. REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando L.; LOUREIRO, Maria R. Instrumentos de accountability nas finanças públicas e a experiência brasileira. In: Ciro Biderman e Paulo Arvate (orgs.). Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

AKUTSU, Luiz; PINHO, José A. G. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. Revista de Administração Pública, v. 36, n. 5, p. 723-745, 2002.

ARATO, Andrew. Representação, soberania popular, e accountability. Lua Nova, São Paulo, n. 55-56, p. 85-103, 2002.

BEHN, Robert D. O novo paradigma da gestão pública e a busca da accountability democrática. In: Revista do Serviço Público, Ano 49, n. 4, out./dez, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 10 de dez 2017.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 101, de 4 de agosto de 2000. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm#art73b](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm#art73b)>. Acesso em: 10 de out 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 10 de out 2017.

CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?. Revista de Administração Pública, v. 24, n. 2, p. 30-50, 1990.

CENEVIVA, Ricardo; FARAH, Marta. F. S. Avaliação, informação e responsabilização no setor público. *Revista de Administração Pública*, v. 46, n. 4, p. 993-1016, 2012.

CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO (CLAD). *La responsabilización en la nueva gestión pública latinoamericana*. Buenos Aires: Eudeba, 2000.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. *Metodologia Científica para uso de estudantes universitários*. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

COLABORATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO (Colab). Disponível em: <<https://colab.each.usp.br>>. Acesso em: 10 de out 2017.

CRAVEIRO, Gisele S.; MARTANO, Andrés M.R. *Caring for My Neighborhood: A Platform for Public Oversight*. In: Koch F., Meneguzzi F., Lakkaraju K. (eds). *Agent Technology for Intelligent Mobile Services and Smart Societies*. *Communications in Computer and Information Science*, vol 498. Springer, Berlin, Heidelberg, 2015.

CUIDANDO DO MEU BAIRRO. Disponível em: <<http://cuidando.vc>>. Acesso em: 10 de out 2017.

COLABORATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO (Colab). Disponível em: <<https://colab.each.usp.br>>. Acesso em: 10 de out 2017.

KLANN, Roberto C.; GOMES, Ely. C. O.; GREUEL, Marcos. A.; BEZERRA, Francisco A. *Influência do Risco Moral e da Accountability nas tomadas de decisões*. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 25, n. 1, p. 99-118, 2014.

LAVALLE, Adrian Gurza; VERA, Ernesto Isunza. *A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 84, p. 95-139, 2011 .

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIA, João F. A. Desenho institucional e accountability: pressupostos normativos da teoria minimalista. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 18, n. 35, p. 27-40, 2010.

MEDEIROS, Anny Karine de; CRANTSCHANINOV, Tamara Ilinsky; SILVA, Fernanda Cristina da. Estudos sobre accountability no Brasil: meta-análise de periódicos brasileiros das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 745-775, 2013.

MIGUEL, Luís F. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n. 25, p. 25-38, 2005.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. Lua Nova, São Paulo, n. 44, p. 27-54, 1998.

PARKER, Geoffrey G.; ALSTYNE, Marshall W. Van; CHOUDARY, Sangeet P. Plataforma – A Revolução da Estratégia. Barueri: HSM, 2016.

PINHO, José Antonio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 471-493, 2008.

\_\_\_\_\_; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português?. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, 2009.

PO, Marcos V.; ABRUCIO, Fernando L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 4, p. 679-698, 2006.

RAUPP, Fabiano M. Prestação de contas de executivos municipais de Santa Catarina: uma investigação nos portais eletrônicos. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 6, n. 3, p. 151-158, 2014.

\_\_\_\_\_; PINHO, José A. G. Accountability em câmaras municipais: uma investigação em portais eletrônicos. *Revista de Administração*, v. 48, n. 4, p. 770-782, 2013.

ROCHA, Arlindo C. Accountability na administração pública: modelos teóricos e abordagens. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 14, n. 2, p. 82-97, 2011.

SACRAMENTO, Ana R. S. Contribuições da Lei de Responsabilidade Fiscal para o avanço da Accountability no Brasil. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 10, n. 47, p. 20-47, 2005.

USP FAZ MAPA DO TESOURO: ONDE ESTÁ O DINHEIRO DO MEU IMPOSTO? Disponível em: <<http://outracidade.uol.com.br/usp-mostra-o-mapa-do-tesouro-onde-esta-o-dinheiro-do-meu-imposto/>>. Acesso em: 15 de dez 2017.

## APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista semiestruturada realizada com a Profa. Dra. Gisele Craveiro, idealizadora do “Cuidando do Meu Bairro” (CMB)

- 1-) Qual o contexto de criação do CMB? Das ideias iniciais às pessoas envolvidas em sua concepção e sua implantação.
- 2-) Qual(is) o(s) objetivo(s) do CMB?
- 3-) Quais as referências (outras ferramentas – nacionais e internacionais) para a criação do CMB?
- 4-) No que se diferencia o CMB de suas referências?
- 5-) O que falta ao CMB? (quadrantes)
- 6-) Quais as fontes de informações consultadas pelo CMB para disponibilizar os dados do orçamento do Município de São Paulo?
- 7-) Atores: quem faz a gestão do CMB? Quantas e quem são as pessoas envolvidas?
- 8-) Quem são os *stakeholders*, parceiros e apoiadores do CMB? Qual o papel de cada um deles?
- 9-) Qual o fluxo de visitas ao CMB?
- 10-) Quem são os usuários do CMB? Quem são os maiores usuários?
- 11-) Qual tipo de manifestação/interação é mais corrente pela população?
- 12-) Como se dá a criação e o uso de capital social?
- 13-) Qual o processo (a estrutura) de governança do CMB?
- 14-) Qual(is) é(são) o(s) sistema(s) de informações que dá(ão) suporte ao CMB?
- 15-) Qual a estrutura organizacional do CMB?
- 16-) Qual a arquitetura de informação e a infraestrutura de TI usada para a governança e gestão da organização?
- 17-) Qual a visão do governo sobre a ferramenta? Existe algum apoio?
- 18-) Qual a taxa de retorno das respostas feitas pela população? E da solução das dúvidas?
- 19-) As perguntas feitas pela população extrapolam os objetivos da ferramenta? Se sim, como se procede nesses casos?
- 20-) Existe um mecanismo para cobrar a prestação de contas por parte do governo na aplicação?
- 21-) Há alguma forma de implicar os agentes públicos por meio dos dados fornecidos pela plataforma?
- 22-) É possível futuramente mensurar o desempenho e eficácia desta ferramenta nos cumprimentos dos gastos planejados nas ações monitoradas? Por exemplo, determinar as áreas onde há maior e menor eficiência dos gastos?
- 23-) Considerações finais, algo que não foi perguntado, dito.